

**Movimentos Sociais, padrão de acumulação e crise da universidade**

Roberto Leher\*

Examinando a agenda da universidade pública brasileira – internacionalização, posicionamento nos *rankings* mundiais, competências mundializadas, *comodificação*, conversão das denominações das instituições em *grifes*, inovação tecnológica – e as expressões de que as mesmas se encontram em crise – desregulamentação das carreiras públicas e ampliação de funções terceirizadas; descaracterização dos recursos de custeio pela incorporação dos gastos com pessoal terceirizado; subfinanciamento; deterioração e insuficiência da infraestrutura; precariedade da assistência estudantil; indefinições sobre a sua função social (política, profissional, crítica, pública); dilemas curriculares; tensões sobre a democracia universitária – a aparência dos fenômenos não indica que os movimentos sociais estão vinculados ao futuro das universidades.

O lugar dos movimentos sociais no debate universitário está localizado, basicamente, na extensão universitária, uma herança do movimento de Córdoba (1918) que em seu *Manifesto Liminar* reivindica ‘vincular a universidade ao povo’. No Brasil, a maior referência fundacional decorre de experiências do início dos anos 1960. O Movimento de Cultura Popular (1960), fundado por Germano Coelho e Miguel Arraes em Pernambuco, depois animado por Paulo Freire no Serviço de Extensão Cultural (SEC) da então Universidade do Recife<sup>1</sup>, foi um marco importante. Inicialmente pensado como “Movimento de Cultura e Povo”, Freire escolheu a denominação de Cultura Popular para afirmar a ideia de que as classes populares seriam os agentes da mudança. Após muitas ressignificações, a extensão foi consagrada na Constituição Federal de 1988, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Entretanto, ainda nos dias de hoje, as políticas e práticas de extensão não equacionaram devidamente o problema levantado por Freire em “Extensão ou

---

<sup>1</sup> O SEC é uma iniciativa pioneira na criação de um setor dedicado à extensão universitária no Brasil. Ver Dimas Brasileiro e Djanyse Mendonça, Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). In: *Estudos Universitários*, revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco | v. 24/25 | n. 5/6 p. 1 - 78 | Dez 2004/2005.

comunicação?”<sup>2</sup> sobre a direção do vetor do conhecimento entre a universidade e os ‘beneficiários’ da extensão. Com efeito, ainda são recorrentes as práticas extensionistas que hierarquizam os saberes e são compreendidas como unidimensionais entre o conhecimento elaborado na universidade e os conhecimentos advindos das práticas sociais dos povos<sup>3</sup>. Esse foi o sentido predominante da *Primera Conferencia Latinoamericana de Extensión Universitaria y Difusión Cultural* (Santiago de Chile, 1957).

De modo correlato ao problema do vetor unidimensional de muitas práticas extensionistas, os movimentos sociais configuram o rol dos *objetos* de pesquisa de diversos grupos de estudo dedicados ao tema dos movimentos sociais. No último censo disponível do Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq (2010) foram encontrados 85 grupos com alguma relação com a temática<sup>4</sup> e 77 linhas de pesquisa que abordam direta ou indiretamente o tema movimentos sociais<sup>5</sup>. Nestes, a educação está relacionada principalmente à educação do campo, à diversidade, à inclusão, mas não há menção explícita à universidade.

O intenso e, em certo sentido, surpreendente protagonismo social de movimentos do campo, indígenas, de juventude e de periferias dos grandes centros urbanos verificado a partir dos anos 1990 alteraram significativamente o lugar ocupado pelos movimentos no debate universitário (ZIBECHI, 2005). No caso brasileiro, a principal mudança veio do MST que, em diálogo com a universidade, mas de modo autônomo, elaborou a sua “pedagogia do movimento” (CALDART, 2012) e o seu projeto de “educação do campo”. Como parte dessa iniciativa estratégica, estabeleceu articulações com setores universitários dispostos ao diálogo, constituindo cursos de extensão, especialização, graduação e, mais recentemente, mestrado.

Em 1998, o MST conquistou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), transformado em lei em 2010. A metodologia dos cursos envolve a constituição de Coordenações Político-Pedagógicas formadas por

---

<sup>2</sup> FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* escrito no Instituto Chileno para a Reforma Agrária, 1965. Discute o papel do agrônomo na extensão, problematizando o uso da palavra extensão por seu caráter de invasão cultural e por seu antidiálogo.

<sup>3</sup> VACCAREZZA, L. (2015). Apropiação social e hibridación de conocimientos en los procesos de extensión universitaria. *Cuestiones de Sociología*, nº 12, 2015. <http://www.cuestionessociologia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/CSn12a03/6704>

<sup>4</sup>. Diretório de Grupos de Pesquisa, busca por Grupos de Pesquisa que contenham a palavra-chave movimentos sociais: <http://dgp.cnpq.br/buscagrupo/>, acesso em julho de 2015.

<sup>5</sup> Diretório de Grupos de Pesquisa, busca por Linhas de Pesquisa que contenham a palavra-chave movimentos sociais: <http://dgp.cnpq.br/buscagrupo/>, acesso em julho de 2015.

representantes dos movimentos e da universidade. Distintamente da educação popular praticada nos anos 1960, inserida no nacional-desenvolvimentismo, a “pedagogia do movimento” está inscrita na estratégia política contra a ordem capitalista e, em particular, no enfrentamento ao agronegócio. Nos primeiros 15 anos, os cursos apoiados pelo PRONERA alcançaram mais de 200 mil trabalhadores da alfabetização ao ensino médio, abrangendo 60 universidades e aproximadamente 200 convênios, abarcando formação de professores, cursos voltados para a agroecologia e cursos de especialização em teoria histórica.

A Pedagogia do Movimento não cabe na escola, mas a escola cabe na Pedagogia do Movimento, pelo lugar que pode ter em seu projeto político e educativo, mas que somente será assumido se encarnar uma historicidade não circunscrita a ela mesma (CALDART, 2012, p.551-552).

Comprometendo a autonomia universitária e a dos próprios movimentos, o Estado, confrontado pelo caráter crítico de tais iniciativas, busca subordiná-las a uma racionalidade técnica para eclipsar as dimensões ético-políticas, epistemológicas e teóricas desses cursos. Este foi o sentido da regulamentação dos novos cursos apoiados pelo PRONERA, como o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC Campo, Lei 12.513/2011) liderado pelas confederações patronais, por meio de editais. Elaborados como concessões ao agronegócio, os editais não requerem a apresentação de projetos que tenham resultado do diálogo prévio entre a universidade e os movimentos, conformando as arraigadas relações unidimensionais.

Considerando as tensões entre a universidade e os movimentos, a questão axial que orienta o presente estudo aborda a seguinte problemática teórica: São os movimentos sociais sujeitos estratégicos para o futuro nas universidades públicas? A indagação está relacionada a duas perguntas orientadoras: (i) como os movimentos interagem na produção do conhecimento? e (ii) o que particulariza, no tempo presente, a atuação dos movimentos no futuro das instituições universitárias? Em termos de método, as duas indagações específicas compõem uma totalidade, embora, em determinadas passagens do texto merecerão tratamento específico.

## **1. Universidade, movimentos e revolução burguesa**

O aporte histórico é fundamental para compreender a proposição de que o futuro da universidade está na relação com as lutas dos movimentos. A hipótese aqui desenvolvida é de que sem os movimentos sociais antissistêmicos a defesa de um lugar estratégico para a universidade pública, crítica e autônoma no projeto de nação permanecerá débil e, possivelmente, inviável. A proposição subjacente à hipótese é de que as frações burguesas locais brasileiras não consideram que os termos da universidade crítica sejam compatíveis com a sua forma específica de inserção no capitalismo mundial. O corolário da hipótese é de que nenhum dos principais setores burgueses considera a universidade autônoma e crítica como necessária ao seu porvir como classe e aos seus projetos econômicos.

Examinando a história recente da universidade e as principais lutas antissistêmicas nas últimas décadas, é possível sustentar que o nexos universidade e movimentos sociais – compreendidos aqui em sentido amplo, abrangendo os movimentos ditos clássicos, novos movimentos, sindicatos e partidos vinculados aos trabalhadores (SANTOS, 2005) – está presente na agenda dos mais importantes movimentos sociais antissistêmicos do Século XXI, como a Coordenação Nacional dos Povos Indígenas do Equador (CONAIE); os Cocaleros na Bolívia; o MST no Brasil; os polissêmicos movimentos altermundistas, em luta contra a comodificação da educação, especialmente contra os Tratados de Livre Comércio (Acordo Geral de Comércio de Serviços, ALCA, Acordo Multilateral de Investimentos), e as jornadas da Coordenadora Latino-americana de Organizações Camponesas – Via Campesina (CLOC-VC).

Essas lutas estão assumindo proporções e feições radicais. Em 8 de março de 2006, duas mil mulheres da Via Campesina - Brasil, ligadas ao MST, ocuparam uma área da empresa Aracruz Celulose<sup>6</sup> e destruíram o laboratório da transnacional e mudas de eucalipto, incluindo aquelas desenvolvidas em “pesquisas”. Foi esse gesto radical que colocou em questão a expansão da indústria da celulose na bacia aquífera Guarani, uma das mais importantes do planeta e, portanto, decisiva para o futuro da vida humana. Na Bolívia, a Guerra da Água em Cochabamba teve o mesmo efeito: pela força das lutas os movimentos engajados nessa batalha mostraram o significado das privatizações dos recursos vitais, como a água, e como as grandes corporações estão se apropriando de modo monopólico desses recursos, como foi o caso da Bechtel, empresa proprietária

---

<sup>6</sup> A Aracruz é formada por um conjunto de empresas: a norueguesa Lorenz detém 28% (cujo maior acionista é o cunhado do rei da Noruega); 28% são do Banco Safra (de capital internacional, com sede em Mônaco), 28% são da Votorantim e 12,5% do BNDES; ver José Arbex Jr., *Haja cruz*, disponível em <http://alainet.org/active/11156>, acesso em 10/02/09.

de *Aguas del Tunari* pertencente ao então vice-presidente dos EUA, Dick Cheney.

As lutas sociais contra os efeitos do agronegócio, da exploração mineira e sua matriz energética correspondente estão dando visibilidade nacional e internacional aos problemas que, por acontecerem em territórios determinados, são pensados pelas abordagens relativistas e positivistas como problemas locais e pontuais. A fina dialética entre o particular e o geral, entre o todo e a parte, é revitalizada pelas lutas sociais. A totalidade, neste caso, revigora a problemática do imperialismo.

É imprescindível, ainda, colocar em relevo as intensas e diversificadas lutas estudantis em defesa da universidade pública, como a Greve da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) em 1999; as lutas estudantis no Chile em 2006 e 2011; as greves e ocupações nas universidades brasileiras (2007, 2008, nas Federais; em 2007 e 2012 USP etc.) (Leher, 2007) e as greves dos trabalhadores docentes e técnicos e administrativos das Federais, especialmente em 2001 e 2012, com destaque para as de São Paulo, Paraná, Bahia e Ceará.

Indubitavelmente, as agendas dos movimentos sociais para a universidade estão em confronto mais direto e aberto com a tônica dos organismos internacionais que, paulatinamente, ao se referirem à universidade latino-americana se valem de uma nova nomenclatura: educação terciária (BARRETO & LEHER, 2008), conceituação que remete à simplificação das instituições. Estão em confronto, também, com a *ratio* de que a educação está relacionada ao setor de serviços, especialmente por meio dos fundos de investimento que operam a intensa concentração das organizações de ensino superior privadas – mercantis (LEHER, 2010). De modo mais nuançado e complexo, estão relacionadas ao processo de conversão das universidades com pesquisa em organizações que operam serviços de distintas naturezas sob o rótulo da inovação tecnológica. Finalmente, os movimentos se confrontam, muitas vezes, com o problema da ética na produção do conhecimento, como no caso da mineração a céu aberto na Patagônia, nos convênios das universidades com as corporações que controlam os transgênicos, temas discutidos adiante.

Esses breves apontamentos permitem evidenciar uma situação distinta da verificada nos séculos XIX e XX. Já não é possível registrar o protagonismo de frações burguesas locais em prol da universidade pública, laica, assentada na pesquisa e como expressão do projeto nacional-burguês. De fato, nas revoluções burguesas “clássicas” as frações burguesas dominantes estavam comprometidas com projetos de nação autopropelidos, a exemplo da universidade napoleônica e das grandes *Écoles* que

impulsionaram e aceleraram a revolução industrial na França (WOOD, 2003). De distinto modo, está claro que a constituição da Universidade de Berlim (1809) foi parte do processo de afirmação do projeto nacional burguês da Alemanha. O lugar proeminente da autonomia das universidades mexicanas, em especial a partir de Cárdenas e os desdobramentos das lutas dos estudantes de Córdoba (1918), encontraram eco nos projetos burgueses argentinos. Na Argentina, o Radicalismo havia chegado ao governo em 1916 e necessitava de uma universidade não jesuítica para levar adiante o seu projeto de desenvolvimento (LEHER, 2008; BERNHEIM, 2008).

Distintamente do presente – em que não existem frações burguesas locais portadoras de um projeto estratégico para a universidade pública – o movimento de Córdoba contou com o apoio de frações burguesas locais que chegaram ao poder com o Radicalismo. Em mais de uma circunstância o Presidente Yrigoyen se colocou ao lado dos reformistas, assim como o ex-governador da Província Juarez Celman, parlamentares, como Juan B. Justo, um socialista evolucionista (Kohan, 2002, p.43) e Alfredo Palácios. De fato, existiam setores burgueses e pequeno-burgueses que enfrentavam as forças reacionárias da igreja que mantinham a universidade como sua fortaleza em um país que passava por ativa efervescência cultural e política. Essa universidade reprodutora e fossilizada não atendia aos anseios de desenvolvimento almejado pelo Radicalismo e, por isso, o apoio à luta estudantil, dentro de certos limites, desde que não afrontasse a ordem burguesa. (LEHER, 2008, p. 57 )

Conforme o estudo clássico de Florestan *A revolução burguesa no Brasil* (1975), a tortuosa revolução burguesa foi uma revolução “não-clássica”, pois não envolveu contextos de lutas de classes que engendraram projeto autopropelido de nação no qual a universidade seria um dos pilares da própria revolução burguesa. O período que mais se assemelha a um projeto nacional-burguês no Brasil se deu nos anos 1950, mas o seu caráter incipiente se tornou evidente em 1964.

Com efeito, a constituição inicial do sistema federal das universidades públicas e do sistema de ciência e tecnologia na década de 1950 se deu em um contexto contraditório, marcado pelo ideário liberal democrático de Anísio Teixeira (CAPES) e pela ideologia nacional-desenvolvimentista como expresso na participação do Almirante Álvaro Alberto Motta e Silva na criação do CNPq (1951) objetivando inserir o Brasil no rol dos países com tecnologia nuclear e na criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, como instituição de pesquisa aeroespacial. O fomento, por meio do CNPq, de áreas estratégicas, como a pesquisa vinculada à agricultura (genética, fisiologia vegetal, agronomia etc.), à física e à química criaram bases novas para a pesquisa nas universidades brasileiras. Entretanto, a primeira experiência de criação de uma universidade vinculada ao projeto nacional-desenvolvimentista ocorreu no período

Jango tensionada pela demanda de reformas de base, por meio do projeto da UnB que reuniu, entre outros, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer (Lei 3.998, 15/12/1961).

Entretanto, como observaria Florestan ao final dos anos 1960, uma corrente subterrânea estava transtornando a correlação de forças na sociedade impulsionada pelo capitalismo monopolista. Longe de um contexto de revolução nacional burguesa, o imperialismo operava os meios para efetivar o golpe civil-militar. A sua concretização confirmava que inexistiam frações burguesas suficientemente fortes para levar adiante uma revolução burguesa que afirmasse um projeto autopropelido de nação que alavancasse a universidade crítica (CUNHA, 2007).

O seminal estudo de René Dreyfuss, *1964: a conquista do Estado* confirmou empírica e analiticamente a intensa movimentação da sociedade civil na frente educacional contra os rumos das reformas de base na educação brasileira. Em outra chave, Horowitz (1969) denunciou o sentido imperialista e apologético à intervenção estadunidense nas universidades da América Latina por meio do Projeto Camelot. A intensa ação de fundações estadunidenses vinculadas às corporações, como Ford, Rockefeller, Kellog entre outras, confirma que a universidade estava situada nos embates da Guerra Fria, como ficaria evidente, de modo mais sistemático e explícito, na Aliança para o Progresso (SCHEMAN, 1988) e nas ações educacionais organizadas a partir da USAID.

Conforme argumentado anteriormente (LEHER & SILVA, 2014), as iniciativas da ditadura empresarial-militar na educação superior priorizaram o combate às influências marxistas e ao nacional-desenvolvimentismo, como expresso na cassação de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire e, na sequência, no desmonte sistemático do projeto da UnB (SALMERON, 1999). Seria um grave equívoco, contudo, supor que a ditadura não possuiu uma agenda propositiva para a universidade. As suas primeiras medidas foram a regulamentação da pós-graduação (Parecer Sucupira, 1965), vinculando-a ao modelo estadunidense. A seguir, entre 1966 e 1968 erigiu, por meio de iniciativas diversas, as bases da contrarreforma de 1968. Objetivando remover os obstáculos no interior da universidade, intensificou de modo feroz a repressão nos claustros universitários, por meio do AI-5, decreto 477/69 e da Assessoria de Informação nas reitorias.

A extensão do afastamento de docentes da UnB, os efeitos do “Massacre de Manguinhos”<sup>7</sup> (em 1970 dez cientistas da Fiocruz foram cassados), as centenas de docentes cassados pelo AI-5 e a política de imposição do medo no interior das universidades logo se mostraram disfuncionais para a ditadura, pois diante das coerções, muitos docentes compreenderam que a melhor alternativa seria o autoexílio e, com isso, as universidades poderiam perder parte da melhor *intelligentsia*. Tal êxodo não seria um problema se a ditadura e, mais precisamente, o capitalismo monopolista, não estivessem demandando um Estado que pudesse operar setores sofisticados como energia, portos, aeroportos, hidrelétricas, telecomunicações, genética etc. (LEHER & SILVA, 2014).

Para frear a fuga de cérebros e, ao mesmo tempo, manter a universidade silenciada em termos críticos, a ditadura promoveu uma ampla reestruturação do aparato de Ciência e Tecnologia. Entre as principais mudanças, a vinculação do aparato à Secretaria de Planejamento (SEPLAN), afastando-o das universidades. Simultaneamente, ampliou a participação de cientistas aliados ou que aderiram ao projeto da ditadura “em nome da ciência” que passaram a compor os comitês científicos dos órgãos de fomento à C&T.

Edificadas as novas bases os Planos Nacionais de Desenvolvimento puderam ser efetivados, por meio de mudanças no CNPq, na consolidação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1969) e, posteriormente, no Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT, 1984). A mudança de tática foi muito bem sucedida: com o deslocamento para a SEPLAN, o aparato de C&T pôde definir as novas prioridades a partir das demandas do governo e das corporações, por meio de Programas e, nos anos 1980, de Editais. Desse modo, foi possível a extraordinária expansão da Pós-Graduação: de 47 programas em 1963 para 1160 programas em 1985.

Foi nesse contexto que o grande agronegócio se expandiu, sob o manto da “revolução verde”, notadamente a partir da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (ESALQ-USP), da Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal de Lavras e, da proliferação das escolas agrotécnicas patrocinadas pelo Banco Mundial. O objetivo, nesse caso, era atender ao capitalismo monopolista na agricultura (insumos químicos, defensivos, sementes, maquinários e *commodities*) e, na esfera ideológica, difundir a mentalidade capitalista no campo. Desse modo, os tênues laços com a

---

<sup>7</sup> <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/massacre-de-manguinhos-triste-marco-da-ci%C3%A2ncia-brasileira-completa-43-anos>

agricultura familiar foram sendo rompidos, tornando as universidades instituições comprometidas, prioritariamente, com a grande agricultura capitalista (MENDONÇA, 2013).

## 2. Neodesenvolvimentismo, expropriações, universidade

No esteio da crise da dívida de 1982 o lugar das *commodities* ganhou destaque crescente, cada vez mais imbricado ao setor das finanças. Não apenas este setor foi crucial para a obtenção de divisas para o pagamento dos juros, como passou a ser controlado, total ou parcialmente, por organizações financeiras. E a expansão das *commodities* veio acompanhada de novas expropriações, ampliando os conflitos com os movimentos sociais no campo (soja, cana de açúcar, gado) e, também, com os povos originários, especialmente por conta de minérios e das novas hidrelétricas.

A expansão vertiginosa da China, a partir de 2003, redimensionou, novamente, o setor extrativista e de *commodities* em geral. O apogeu da exportação das *commodities* aconteceu justamente nos dois primeiros mandatos de Lula da Silva que, por isso, estancou e retrocedeu a reforma agrária (LEHER, 2013). O ciclo ascendente das *commodities*, entre 2004 e 2010, correspondeu a um período das maiores e mais ferozes expropriações nos campos e nas cidades.

A indução econômica das corporações e dos governos, por meio de editais, aos projetos de interesse dos setores agro-mineral nas universidades aumentam os conflitos do modelo dito neodesenvolvimentista com os movimentos sociais. Com efeito, tais pesquisas buscam legitimar: o uso do glifosato na soja, ignorando os fortes indícios de suas consequências cancerígenas para a saúde das pessoas, especialmente nas fumigações; as sementes transgênicas que permitem inédito monopólio das sementes em poucas corporações, em detrimento das variedades *criollas*, do meio ambiente e da saúde humana; o uso das bacias de água doce para a obtenção de celulose, comprometendo as bacias que são patrimônio dos povos; a construção de mega represas para beneficiamento de minerais, em detrimento do meio ambiente e das áreas indígenas e camponesas; as mineradoras a céu aberto corroendo a saúde das populações e contaminando a água; o patenteamento da biodiversidade nativa em favor das corporações do complexo agro e farmacêutico; a constituição de grandes latifúndios para produzir o agro combustível valendo-se de força de trabalho submetida a condições análogas a da escravidão mais selvagem e, não menos importante, da segurança alimentar dos povos.

As principais corporações envolvidas nos setores intensivos em recursos naturais que estruturam o programa Iniciativa para a Integração Regional da Infraestrutura (IIRSA) atuam decididamente no espaço universitário, financiando projetos, serviços – inclusive técnicas de manejo dos conflitos sociais –, bolsas e prêmios. Essa presença permanente das empresas nas grandes universidades é uma forma de legitimação dos seus controversos negócios, por meio de pesquisas que certificam a *qualidade* dos seus produtos, desarticulando as lutas dos movimentos contra a forma de exploração dos recursos naturais e, também, pelas atividades beneméritas, apoiando políticas assistenciais para estudantes, bolsas de estudo para professores, caracterizando-as como empresas com compromisso social.

Não se trata aqui de imputar aos pesquisadores, bolsistas e laureados a acusação de serem coniventes com esses objetivos corporativos. Muitos beneficiados são ciosos de sua autonomia acadêmica, mas essas práticas, independente das motivações e qualidades pessoais dos pesquisadores, naturalizam a presença das corporações nos espaços mais recônditos das universidades.

O exemplo da relação das mineradoras com as universidades argentinas é ilustrativo desse conflito. Conforme denúncias feitas pelos movimentos sociais, as mineradoras que atuam na Argentina financiam as universidades com o propósito de deslegitimar a opinião dos que vivem no entorno das áreas de exploração mineral e são por elas afetadas e de legitimar a palavra dos representantes das corporações.

Matéria de Darío Aranda para *Organización Periodística Independiente*<sup>8</sup>, lista uma série de universidades que recebem fundos das mineradoras que estão sendo contestadas pelas lutas sociais. A matéria mostra o grau de incoerência que marca a relação entre as empresas mineradoras e a universidade. Enquanto a Justiça de Tucumán processou o vice-presidente da Mineradora *Bajo la Alumbra*<sup>9</sup>, Julián Patricio Rooney, como autor penalmente responsável do delito de contaminação, um mês depois, o *Organismo Latinoamericano de Minería* (Olami), uma entidade que representa os empresários do setor, fez um ato de desagravo, outorgando-lhe o prêmio de Gestão Social por seu “Plano de melhoria do sistema educativo”, elaborado e implementado em conjunto com a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), onde foi realizado o

---

<sup>8</sup> *Las mineras compran Universidades Argentinas.* Disponível em <http://www.opisantacruz.com.ar/home/2008/10/03/las-mineras-compran-universidades-argentinas/3704>, acesso em 10/03/09.

<sup>9</sup> O complexo Alumbra se encontra entre os dez maiores empreendimentos de cobre do mundo e entre os quinze maiores de ouro. Atua na principal jazida de exploração do país e é uma obra faraônica que utiliza, por minuto, 66 mil litros de água.

programa de capacitação de professores para o cuidado com o meio ambiente. O secretário geral do Olami, Hugo Nielson, é também o titular do *Centro de Estudios para la Sustentabilidad* da Unsam e foi o responsável pela concepção do premiado programa educativo de Minera Alumbreira<sup>10</sup>.

As Assembleias Cidadãs denunciaram que a Unsam, por meio de seu Centro de Estudos, impulsiona a “Rede de Prevenção”, gestão e manejo de conflitos para o desenvolvimento da mineração na Iberoamérica (Gecomín), reunindo companhias mineradoras, ONG, governos e investigadores com o objetivo de “desenvolver um modelo para um adequado relacionamento das empresas, comunidades e Estado que permita consolidar o desenvolvimento da mineração”. Seu lema fundacional é significativo: “Construção de consenso para a mineração”.

A *Asamblea Socioambiental de Catamarca*, uma das mais destacadas formas de auto-organização popular que lidera a luta contra a mineradora *La Alumbreira*, denuncia o desvirtuamento do caráter público da universidade:

*Los recursos públicos de la Universidad Pública no pueden financiar cualquier proceso tecnológico o de asistencia técnica a empresas que expolien los recursos de forma manifiesta, en desmedro de los intereses de la Nación*<sup>11</sup>.

Examinando os casos relatados é possível concluir que os problemas éticos e epistemológicos têm origem na heteronomia imposta pelo crescente controle da vida acadêmica pelo capital. Os convênios das universidades com as empresas que não resguardam a ética na produção do conhecimento e os interesses acadêmicos da universidade são incompatíveis com a existência de espaços públicos de produção de conhecimento e, por conseguinte, com a liberdade acadêmica e a busca da verdade.

Conforme o presente estudo sobre a problemática universitária atual nos países capitalistas dependentes esse processo assume proporções ainda mais devastadoras. O grau de profundidade dessa ofensiva permite sustentar a hipótese de que a reversão desse quadro de heteronomia não será possível nos espaços estritamente universitários e, tampouco, apenas pelos protagonistas diretos da universidade, os professores, técnicos e administrativos e os estudantes. Como não existem frações burguesas locais capazes de liderar um processo reformista, são os protagonistas das lutas sociais que podem alterar esse quadro de heteronomia.

---

<sup>10</sup> . Ver <http://www.copenoa.com.ar/CATAMARCA-Universidad-de-San.html>

<sup>11</sup> . Ver [http://www.elancasti.com.ar/notas.php?id\\_nota=36296](http://www.elancasti.com.ar/notas.php?id_nota=36296)

### 3. Movimentos sociais, universidade e ética na produção do conhecimento

Historicamente, as universidades públicas cumpriram com limites e contradições, é certo, a função imprescindível de serem espaços críticos das sociedades e da busca realista pela verdade. A crítica à política econômica da ditadura empresarial-militar, ao seu modelo educacional, às suas prioridades em termos de C&T etc., por exemplo, não teria tido a profundidade e consistência que teve sem a universidade; a rigor, não existem outras instituições que possam antecipar o que podem ser grandes problemas para os povos e denunciar problemas provocados por interesses particularistas com a legitimidade, a sistematicidade e a amplitude das universidades. Com a perda da autonomia, quais seriam as outras vozes que poderiam questionar os fundamentos técnicos e científicos desse modelo que já acarretam graves problemas para toda humanidade?

A articulação dos setores críticos da universidade com as lutas dos movimentos contribui para que tais movimentos tenham conhecimentos mais sistemáticos e fundamentados para muitos problemas, fortalecendo as lutas sociais; ao mesmo tempo, a interação dos movimentos com espaços da universidade, exigindo maior atenção aos problemas vividos pelo povo, fortalece os setores críticos no espaço acadêmico comodificado que, assim, têm suas pesquisas legitimadas pelas demandas sociais. Embora minoritárias essas iniciativas são relevantes para fortalecer um processo de luta pela autonomia universitária *vis-à-vis* aos dispositivos de poder.

Um exemplo de iniciativa nesse diapasão foi realizado pela Universidade Nacional de Salta (Argentina). A instituição questionou na justiça, na Corte Suprema, com base em seus estudos acadêmicos, a lei provincial que autoriza a exploração de zonas que deveriam ser protegidas, no caso, bosques nativos e dos povos originários.

O caso dos cursos apologéticos aos interesses de La Alumbreira, realizados pela Unsam, provocou denúncias e mobilizações por parte das assembleias populares de Catamarca, entre outros movimentos, e uma carta aberta questionando o convênio da universidade com a corporação, elaborada pelo Nobel Adolfo Pérez Esquivel, repercutindo as críticas para âmbitos mais amplos do que aqueles possíveis pelos movimentos de Catamarca. As assembleias cidadãos estão acompanhando e pressionando diretamente as universidades envolvidas a não se associarem a essas corporações que promovem o saqueio e a destruição do ambiente e das condições de vida dos trabalhadores. Mais amplamente, intelectuais vinculados aos movimentos da região

sustentam a necessidade de um debate mais aberto sobre a função da universidade pública:

(...) a la cuestión de fondo, apuntar a acciones que permitan un debate democrático y profundo sobre el rol de las universidades públicas frente a los procesos de despojo y devastación ambiental involucrados en el 'modelo de desarrollo' vigente. La idea es mantener a todas las asambleas al tanto de este tipo de gestiones, estar abiertos a las sugerencias que puedan surgir y, en la medida de nuestras posibilidades, viabilizarlas, y, en fin, mantener el estado de movilización que desde los diferentes frentes es preciso asumir en la defensa de los bienes comunes de nuestro ambiente y por otros estilos de vida inspirados en la justicia y la sustentabilidad. (SVAMPA *et al.*, 2009)

As assembleias cidadãs sustentam que a questão de fundo, no caso da Unsam (e das demais instituições), é a concepção de autonomia:

La Universidad (...) debe defender el principio de la autonomía universitaria; una autonomía basada en la defensa de la libertad científica, cuyo fin es resguardarla de los espacios de poder, económico, político, religioso, entre otros. Una concepción de la autonomía universitaria que sea indiferente a la intromisión de los diferentes poderes, o que, por ejemplo, no lleve a tomar recaudos con empresas y gerentes procesados penalmente, es sin duda una autonomía mal entendida, que revela una distorsión mayor del rol social de las Universidades Públicas. En esta línea, las asambleas ciudadanas instamos a las universidades e instituciones del sistema científico y técnico a desarrollar un proceso de autorreflexión que de cuenta de la gran responsabilidad que le cabe al sector público en la promoción del bienestar de la sociedad vinculado a la profundización de los procesos democráticos y a la protección de los derechos de ciudadanía consagrados en nuestra Constitución Nacional<sup>12</sup>.

O comprometimento das universidades com dispositivos de poder do capital, em um contexto de aprofundamento do capitalismo dependente, como expresso no IIRSA, reconfigura a função social da universidade e reatualiza o debate realizado nas lutas de Córdoba (1918). Naquela ocasião, os estudantes criticavam o apego da universidade à ordem estabelecida, em especial aos interesses das oligarquias e da Igreja, mas foi a sua ala mais radical – José Ingenieros, Aníbal Ponce, Julio Mella e Jose Carlos Mariátegui – que concluiu que uma universidade de fato comprometida com os problemas dos povos somente seria possível com o fim do imperialismo e, por isso associaram as lutas pela reforma universitária às lutas antiimperialistas (LEHER, 2008).

Passados noventa e sete anos das lutas de Córdoba, a universidade pública está crescentemente conformada e ajustada ao padrão de acumulação que caracteriza econômica, ambiental e socialmente as expropriações de hoje. Neste contexto, as

---

<sup>12</sup>. *Carta Abierta de Las Asambleas Ciudadanas A La Universidad Nacional de General San Martin*. Disponível em <http://asambleasciudadanas.org.ar/?p=33>

palavras dos radicais de Córdoba a respeito do necessário protagonismo antissistêmico parecem ter sido proferidas no presente. De fato, as universidades somente têm recuado de acordos espúrios com corporações que provocam devastação ambiental, energética e agravam os problemas sociais quando confrontadas pelos movimentos sociais.

O que é novo nesse processo? Possivelmente, o que demarca as lutas antissistêmicas do presente é o fato de que grande parte das mesmas se realiza nos rastros do extrativismo e da produção de *commodities* que podem conhecer novos contornos com a acentuada queda no preço desses produtos a partir da acentuada queda na taxa de crescimento da China (2014, 2015). Em virtude do agravamento da crise estrutural possivelmente formas ainda mais brutais de exploração dos recursos naturais podem se tornar uma dura realidade para a América Latina. Dada a forma específica de inserção da América Latina na economia-mundo esse padrão de acumulação irá requerer, crescentemente, o apoio da universidade. Entretanto, longe de serem acordos virtuosos que possam contribuir para o fortalecimento da autonomia universitária, da educação omnilateral e da pesquisa original, comprometida com os grandes problemas dos povos, esses contratos e acordos têm como pressuposto que a universidade deve ter uma função de suporte, de prestadora de serviços materiais e, não menos importante, uma função simbólica, relacionada à governabilidade da ordem social.

Com essa refuncionalização da universidade, a própria instituição universitária corre grave risco, pois assume a função de organização voltada para fins particularistas e utilitaristas, subordinada aos dispositivos de poder do capital, não ciosa de sua autonomia e, cada vez mais frequentemente, a serviço da legitimação do que é ilegítimo, comprometendo a ética na produção do conhecimento.

Por ásperos, fragmentados e incipientes que sejam os conflitos entre os movimentos sociais e por mais débeis que sejam os laços dos setores acadêmicos com as lutas sociais, é certo que o futuro da universidade pública latino-americana dependerá, fortemente, do avanço desses nexos virtuosos entre a universidade e as lutas anti-imperialistas e anticapitalistas. O contexto de crise estrutural pode ter um efeito destrutivo sobre essas expectativas, caso a hegemonia dos dominantes prevaleça. Alternativamente, caso seja apropriada pelos que vivem do trabalho e são explorados a imagem de que a crise é do capitalismo como um todo e, socialmente, que as lutas tenham organicidade e capacidade organizativa autônoma, novas páginas da história das universidades poderão ser escritas por muito mais mãos, notadamente as mãos calejadas

dos que são explorados e expropriados do conhecimento científico, tecnológico, artístico, cultural e histórico-social.

## REFERENCIAS

BARRETO, R.G.; LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária. *Revista Brasileira de Educação* (Impresso). , v.13, p.423 - 436, 2008.

BERNHEIM, C.T. *Noventa años de la reforma universitaria de Cordoba*, Bs.As.: CLACSO, 2008.

CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G.(Orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

CUNHA, L. A. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOROWITZ, I. L. *Ascensão e queda do projeto Camelot*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

LEHER, R. Agravamento da crise, coesão do bloco dominante e novos horizontes para as lutas sociais. *Observatorio Social de América Latina*. , v.XIV, p.95 - 110, 2013.

\_\_\_\_\_ Crise estrutural e função social da universidade pública. *Temporalis* (Brasília). , v.1, p.15 - 39, 2010.

\_\_\_\_\_ Reforma universitária de Córdoba, noventa anos. Um acontecimento fundacional para a Universidade Latino-americanista. In: ABOITES, H. y GENTILI, P. y SADER, E. (comp.) *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_ Rebeliões estudantis refundam a luta social pelo público. *Margem Esquerda*, v.1, p.97 - 102, 2007.

LEHER, R. ; SILVA, S.M. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. *Universidade e Sociedade* n. 54, 2014.

MENDONÇA, S. Estado, saber e poder no Brasil. Passagens. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: vol. 5, no.2, maio-agosto, 2013, p. 245-261.

SALMERON, R. A. *A universidade interrompida*: Brasília 1964-1965. DF: Ed. UnB, 1999.

SANTOS, B.S. Os novos movimentos sociais. In: Leher, R. e Setúbal, M. *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. SP: Cortez, 2005.

SCHEMAN, L.R. (Ed.) *The alliance for progress*. New York: Praeger, 1988.

SVAMPA, M. et al. 2009 “Nueva embestida de La Alumbreira y el rol de las Universidades Públicas”. En [http://www.anred.org/breve.php3?id\\_breve=3927](http://www.anred.org/breve.php3?id_breve=3927).

WOOD, E. M. *El império del capital*. España: El Viejo Topo, 2003.

ZIBECHI, R. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: Leher, R. e Setúbal, M. *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. SP: Cortez, 2005.